



***IGUALDADE DE OPORTUNIDADES?
RACISMO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL***

***¿IGUALDAD DE OPORTUNIDADES?
RACISMO Y DESIGUALDADES SOCIALES EN EL CONTEXTO
NEOLIBERAL***

***EQUALITY OF OPPORTUNITIES?
RACISM AND SOCIAL INEQUALITIES IN THE NEOLIBERAL CONTEXT***

Simone Gomes Firmino¹

Agustina Rosa Echeverría²

RESUMO

Este artigo examina a "igualdade de oportunidades" no contexto neoliberal, abordando sua inserção na realidade social e a importância de explorar diferentes níveis de percepção desse conceito para compreender a realidade concreta. O objetivo é analisar como essa concepção se manifesta em práticas de segregação e discriminação baseadas em cor da pele, etnia e outros preconceitos. A pesquisa teórica, fundamentada em uma tese de doutorado de um Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática de uma Universidade Federal, investiga a diversidade humana em contextos históricos e sociais. O artigo questiona como a concepção liberal de "igualdade de oportunidades" perpetua desigualdades sociais e discute a relação entre representações raciais, sistemas de (re)produção e o discurso de superioridade racial. Conclui-se que as instituições sociais neoliberais promovem a ideia de acesso equitativo aos recursos e oportunidades. Assim, é essencial discutir o racismo estrutural e promover uma educação antirracista para superar as barreiras impostas pelo preconceito e pela desigualdade.

PALAVRAS-CHAVE: Representações raciais. Realidade concreta. Discurso neoliberal. Desigualdades sociais.

RESUMEN

Este artículo examina la "igualdad de oportunidades" en el contexto neoliberal, abordando su inserción en la realidad social y la importancia de explorar diferentes niveles de

¹ Mestra. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

² Doutora. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

percepção de este conceito para compreender la realidad concreta. El objetivo es analizar cómo esta concepción se manifiesta en prácticas de segregación y discriminación basadas en el color de la piel, la etnia y otros prejuicios. La investigación teórica, fundamentada en una tesis doctoral de un Programa de Posgrado en Educación en Ciencias y Matemáticas de una Universidad Federal, investiga la diversidad humana en contextos históricos y sociales. El artículo cuestiona cómo la concepción liberal de "igualdad de oportunidades" perpetúa desigualdades sociales y discute la relación entre representaciones raciales, sistemas de (re)producción y el discurso de superioridad racial. Se concluye que las instituciones sociales neoliberales promueven la idea de acceso equitativo a los recursos y oportunidades. Así, es esencial discutir el racismo estructural y promover una educación antirracista para superar las barreras impuestas por el prejuicio y la desigualdad.

PALABRAS-CLAVE: Representaciones raciales. Realidad concreta. Discurso neoliberal. Diferencias sociales.

ABSTRACT

This article examines "equality of opportunity" in the neoliberal context, addressing its insertion into social reality and the importance of exploring different levels of perception of this concept to understand concrete reality. The aim is to analyze how this conception manifests in practices of segregation and discrimination based on skin color, ethnicity, and other prejudices. The theoretical research, based on a doctoral thesis from a Graduate Program in Education in Science and Mathematics at a Federal University, investigates human diversity in historical and social contexts. The article questions how the liberal conception of "equality of opportunity" perpetuates social inequalities and discusses the relationship between racial representations, systems of (re)production, and the discourse of racial superiority. It concludes that neoliberal social institutions promote the idea of equitable access to resources and opportunities. Thus, it is essential to discuss structural racism and promote antiracist education to overcome the barriers imposed by prejudice and inequality.

KEYWORDS: Racial representations. Concrete reality. Neoliberal discourse. Social differences.

* * *

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão.

Immanuel Kant (1764 – 1993)

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo.

Neles, nada evoca a ideia do caráter humano.

Wilhelm Friedrich Hegel (1837 – 1995)

Introdução

Se essas afirmações causarem desconforto, convido você a continuar a leitura. É frequente encontrarmos, em citações iniciais de livros, artigos, ensaios, entre outras produções, frases que nos levam a refletir sobre autores e suas obras, que se tornaram emblemáticos em diversas áreas do conhecimento humano, como Filosofia, Literatura, Sociologia e outras áreas do conhecimento. Da mesma forma, a origem desses pensamentos, que moldam concepções e visões de mundo em diferentes contextos históricos, muitas vezes é obscurecida pela visão eurocêntrica predominante, que simplifica a compreensão do clássico.

Não é porque estamos inseridos no Ocidente que nossas expressões culturais sejam as únicas ou as melhores. Existem diversas manifestações culturais ao redor do mundo. Portanto, ao reconhecermos nossa própria natureza social, também devemos assentir e valorizar o desenvolvimento de outras culturas, buscando verdadeiramente superar concepções centradas do pensamento humano, isto é, visões de mundo antropocêntricas. Esta é uma atitude mais honesta e concreta para suprimir estas concepções que, baseadas em uma ingenuidade perpetuada pelo senso comum e pela naturalização das desigualdades, obstruem e restringem o pensamento crítico (Luís Carlos de Freitas, 2016).

Em “O povo brasileiro”, Darcy Ribeiro (2015) aponta o processo de ocidentalização das civilizações ao longo da história como uma força avassaladora que moldou profundamente a formação social brasileira. Ribeiro (2015) argumenta que a colonização portuguesa impôs um modelo de sociedade europeu sobre uma realidade complexa e diversa, composta por povos indígenas e africanos. Este processo de ocidentalização não apenas destruiu muitas das culturas nativas, mas também criou uma nova e única identidade brasileira através da mestiçagem e do sincretismo cultural. A sociedade brasileira emergiu como uma síntese conflituosa e dinâmica, onde os valores, sistemas sociais e econômicos ocidentais se entrelaçaram com as tradições indígenas e africanas, resultando em uma formação social marcada por profundas desigualdades e uma rica diversidade cultural. Portanto, a ocidentalização das civilizações ao longo da história exemplifica a falta de reconhecimento do outro, resultando em problemas sociais e conflitos devido à imposição de valores ocidentais sobre culturas diversas. Esse processo, impulsionado por conquistas coloniais e a expansão do capitalismo, gerou desigualdades profundas e resistências culturais que persistem (Ribeiro, 2015).

Um exemplo contemporâneo é o conflito entre Ucrânia e Rússia, com as influências dos Estados Unidos da América (EUA), da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(OTAN) e das hesitações da União Europeia (UE), que evidencia a contínua interferência imperialista ocidental na geopolítica mundial moderna. O genocídio promovido por Israel contra os palestinos é outro exemplo desse processo, onde o apoio ocidental perpetua injustiças e nega direitos fundamentais. Essas situações ressaltam a necessidade de um reconhecimento concreto das diversas civilizações para a construção de uma paz duradoura e justa.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a percepção da "igualdade de oportunidades" no contexto neoliberal, evidenciada como um fenômeno social presente nas práticas normalizadoras de segregação e discriminação de indivíduos com base na cor da pele, etnia ou outros preconceitos. Essas práticas têm suas raízes na realidade histórica e são passíveis de compreensão. Nesse sentido, o estudo desse tema e sua trajetória histórica busca estabelecer conexões argumentativas e temporais, além de promover uma conscientização sobre as práticas sociais, com o intuito de compreender a realidade das representações raciais e a extensão das desigualdades no Brasil contemporâneo.

O presente artigo resulta de uma pesquisa teórica e bibliográfica conduzida no âmbito de um programa de pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática de uma Universidade Federal, como parte de uma tese de doutorado em andamento. O capítulo que originou este texto aborda a diversidade humana em seu contexto histórico e social, analisando a relação entre a ordem social capitalista e a diversidade humana. Explora a discriminação racial e suas implicações, bem como a dinâmica das representações raciais e sua conexão com as desigualdades sociais e a percepção de "igualdade de oportunidades". Além disso, questiona a concepção liberal de "igualdade de oportunidades" e como esta pode perpetuar a desigualdade social, discutindo também a relação entre as representações raciais e os sistemas de (re) produção, bem como o discurso de superioridade racial. O capítulo também aborda o patriarcado e a sexualidade humana, culminando em uma reflexão sobre a emancipação humana como essência da diversidade.

Enunciamos, assim, alguns desdobramentos teóricos e conceituais específicos para a discussão proposta neste artigo, levando em conta a seguinte questão: Qual é o papel das instituições sociais na (re) produção da percepção de "igualdade de oportunidades", conforme entendida no contexto neoliberal, e qual ideologia está subjacente às formas mais comuns de (re) produção dessa percepção?

O que pretendemos, portanto, é desenvolver uma compreensão materialista, histórica e dialética para refletir sobre a realidade social atual, incluindo a percepção da "igualdade de oportunidades". Essa análise deve considerar o processo histórico que a constituiu,

através de representações raciais e do uso de “teorias racistas” para consolidar um projeto social baseado em relações segregatórias e subordinações coloniais. Tais justificações apoiaram uma racionalidade supersticiosa de superioridade existencial, cultural e econômica, influenciando as relações singulares, particulares e universais em diversas regiões e contextos geopolíticos.

Uma realidade concreta?

Nesse contexto, podemos citar Karel Kosik (1976), que na obra intitulada "Dialética do Concreto" desenvolve o conceito de "realidade concreta" como uma crítica à abstração predominante na Filosofia e nas Ciências Sociais. Para ele, a realidade concreta é um complexo de relações e processos dinâmicos que só podem ser compreendidos em sua totalidade dialética, e não apenas como a soma das aparências ou manifestações imediatas do mundo sensível. Kosik (1976) argumenta que a verdadeira compreensão da realidade deve ir além das aparências superficiais e revelar as relações essenciais e as contradições internas dos fenômenos. A realidade concreta é a síntese das múltiplas determinações, emergindo das partes em interação e constante transformação. Ele defende uma abordagem dialética que capture a totalidade viva e desafie a fragmentação e a reificação da realidade, oferecendo uma visão mais crítica e complexa do real.

Entretanto, por mais que isso possa parecer intuitivo, a realidade é que essa intuição nunca foi capaz de curar as feridas profundas causadas pelos constrangimentos, opressões e abusos enfrentados pelas pessoas. Essas marcas permanecem como símbolos da indiferença humana em relação ao que é desconhecido. Mesmo que não possamos “ver as coisas em sua essência diretamente”, e, portanto, tenhamos a tendência de recorrer a explicações místicas, metafísicas ou sobrenaturais, ainda é possível enxergar a concretude da realidade (Kosik, 1976, p. 26).

Sob essa mesma linha de raciocínio, consideremos o seguinte exemplo: se utilizarmos a expressão destacada a seguir como epígrafe ou em qualquer formato de sentença, é provável que tenhamos dificuldades em reconhecer a obra da qual foi retirada e seu respectivo autor ou autora. Vejamos a expressão: "O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial". Portanto, a intenção por trás desta consideração não é sugerir ignorância por parte dos leitores e interlocutores sobre o que sabem ou não, mas sim refletir sobre os motivos pelos quais muitas vezes não estamos familiarizados com autores e autoras

cujas perspectivas divergem das narrativas tradicionais, europeias, norte-americanas, entre outras formas de padronização, domesticação e estrangeirização.

A expressão acima pertence ao autor antilhano Frantz Fanon (1925 - 1961), filósofo, psiquiatra e revolucionário nascido na **colônia francesa** de Martinica, nas Antilhas do mar do Caribe, na parte meridional da América central. Ao publicar sua obra "Pele negra, máscaras brancas" Fanon (1952/2008), adverte sobre o perigo das **representações raciais**, pois o que ele demonstra nesse trabalho revela que a ideologia que nos leva a negar e ignorar as questões raciais pode fortalecer o racismo que negamos. Isso significa que exigir indiferença em relação à cor na verdade apoia uma cor específica: o branco. Portanto, para complementar o entendimento anterior, é importante abandonar a hipocrisia, especialmente quando criticamos os padrões estabelecidos de maneira hipócrita. Não se trata, portanto, de uma confissão de vergonha, mas sim de uma constatação objetiva quando não reconhecemos a importância de obras como a do autor mencionado, que são fundamentais para a formação humana. Assim, utilizando a expressão de Fanon, podemos perceber que o conceito de representações de raça abrange abordagens distintas, porém complementares; e que uma articulação entre as Ciências Humanas e as Ciências Biológicas se torna fundamental para compreender a complexidade do tema (Fanon, 2008).

Nas Ciências Humanas, o conceito de raça é amplamente entendido como uma construção social. Este campo examina como as sociedades criam, percebem e atribuem significados às "diferenças raciais". As representações de raça envolvem discursos, imagens e práticas culturais que moldam a maneira como diferentes grupos são vistos e tratados, e são frequentemente usadas para justificar desigualdades sociais e hierarquias de poder. Na análise histórica e social, estuda-se como os conceitos de raça foram construídos e institucionalizados ao longo do tempo. Exemplos incluem a escravização, o colonialismo e as políticas de segregação racial, que são examinados para entender como essas práticas históricas criaram e perpetuaram concepções de superioridade e inferioridade racial. Já na perspectiva antropológica e dos estudos culturais, explora-se como as identidades raciais são vivenciadas e expressadas, incluindo a análise de práticas culturais, artísticas, literárias e midiáticas que reproduzem e reforçam ideologias raciais (Anibal Quijano, 2005; Walter Dignolo, 2017; Ribeiro, 2015; Sérgio Buarque de Holanda, 2014).

Nas Ciências Biológicas, o conceito de raça tem sido contestado e redefinido ao longo das décadas. A perspectiva biológica tradicional, que considerava as raças humanas como subespécies distintas, foi amplamente refutada. A pesquisa genética moderna demonstra que a variação genética entre os seres humanos é contínua e não se encaixa em

categorias raciais discretas ou determinismos cientificistas. Estudos genéticos revelam que a maior parte da variação genética humana ocorre dentro das populações, e não entre elas. Assim, as diferenças genéticas entre as chamadas "raças" são mínimas quando comparadas à variação genética global. Isso refuta a ideia de raças biológicas distintas e apoia a visão de que a raça é uma construção social sem base biológica significativa. Para a Biologia Evolutiva e do Desenvolvimento, que investiga a adaptação humana a diferentes ambientes, as características físicas e fenotípicas frequentemente usadas para definir raças (como a cor da pele) são explicadas por adaptações evolutivas a condições climáticas específicas, e não por divisões raciais fixas (Luís Fernando Dias Duarte, 1999).

A articulação entre essas duas perspectivas proporciona uma compreensão mais holística das representações de raça. As Ciências Humanas mostram como as noções de raça são construídas e mantidas socialmente, enquanto as Ciências Biológicas explicam que essas categorias não têm uma base genética ou evolutiva sólida. Essa integração é fundamental para desafiar ideias raciais hierárquicas e promover uma visão mais concreta e igualitária da humanidade. No campo da Educação e das Políticas Públicas, essa compreensão articulada das representações de raça pode fundamentar práticas que combatam o racismo e promovam a igualdade, a equidade e o entendimento das diferenças como diversidade. Com efeito, pesquisas interdisciplinares que combinam antropologia, sociologia, genética e biologia evolutiva são essenciais para dismantelar mitos raciais e promover uma sociedade mais inclusiva (Kabengele Munanga, 2004; Duarte, 1999; Sérgio Pena, 2009).

E é justamente nesse sentido que as representações sobre raça influenciaram a percepção de "igualdade de oportunidades" ao longo do tempo, refletindo de maneira categorizada os determinantes históricos da realidade social em que estão inseridas, bem como a consciência atribuída às práticas coletivas. Essa categorização, ao negligenciar as perspectivas de mudanças e transformações sociais relacionadas ao ser humano em níveis singulares, particulares e universais, acaba por negar e desqualificar indivíduos, contextos socioculturais e características comuns da humanidade. Por isso, compreender essa negação e desqualificação por meio de uma concepção histórica e social do ser humano, embasada em uma visão materialista, dialética e livre de superstições, não implica impor pretensões axiomáticas sobre outras concepções de humanidade ou de mundo. Pelo contrário, expressa a importância de reconhecer que percepções que segregam, classificam e tipificam para negar e desqualificar o sentido histórico do *ser* devem ser superadas das formas humanas de compreender o outro.

Com efeito, o surgimento do racismo na modernidade ocidental está profundamente interligado com a consolidação de uma sociedade patriarcal, promovida pela colonização e a expansão capitalista europeia. Com efeito, a colonialidade do poder foi central na construção de hierarquias raciais e de gênero. Para Quijano (2005) a invenção da raça foi fundamental para justificar a exploração e subjugação de povos não europeus, estabelecendo divisões sociais e econômicas persistentes. Por sua vez, Mignolo (2017) complementa essa visão afirmando que a colonialidade não só estruturou a dominação, mas também impôs conhecimentos europeus como universais, desvalorizando outras formas de saber.

Nesse contexto, a sociedade patriarcal moderna reforçou essas hierarquias ao naturalizar a inferioridade de mulheres e povos colonizados, sustentando a supremacia branca e masculina. O racismo emergiu como uma justificativa para a escravidão e a colonização e tornou-se uma prática estruturante das relações sociais e de poder na modernidade ocidental. A hierarquia racial e de gênero favoreceu a elite colonial, marginalizando mulheres e povos não brancos, e perpetuando a exploração. O sistema racializado de opressão, articulado com o patriarcado, manteve o controle econômico, político e social nas mãos de poucos, principalmente homens brancos europeus (Quijano, 2005; Mignolo, 2017).

O racismo persiste em nossa sociedade devido a fatores históricos, estruturais, culturais e psicológicos que perpetuam a desigualdade racial. O legado do colonialismo e da escravidão estabeleceu hierarquias raciais que continuam a influenciar as estruturas sociais, econômicas e políticas, criando sistemas de poder que favorecem determinados grupos raciais. Práticas institucionais e políticas públicas, mesmo não explicitamente discriminatórias, mantêm a desigualdade, como é o caso das políticas de habitação, emprego e a atuação do sistema de justiça criminal. A segregação racial em escolas e comunidades contribui para a disparidade de oportunidades entre diferentes grupos raciais. Culturalmente, estereótipos e preconceitos raciais são disseminados e mantidos por mídias, tradições e discursos, moldando percepções e atitudes desde a infância. Psicologicamente, vieses implícitos influenciam comportamentos e decisões inconscientemente, reforçados por experiências sociais e narrativas racistas. A falta de Educação e conscientização sobre a existência e impacto do racismo também perpetua o problema, com muitas pessoas negando ou minimizando sua presença. Para erradicar o racismo, é necessário um compromisso contínuo com a Educação antirracista, a reforma institucional e a promoção de uma cultura de igualdade e respeito (Júlio Roberto de Souza Pinto; Mignolo, 2016).

Na perspectiva biológica e evolutiva, assim como sob uma ótica social, Friedrich Engels (1990), em "O papel do trabalho na transformação do macaco em homem", escrito no final do século XIX, discute o conceito de trabalho em sua relação antropomórfica com os ancestrais mais recentes da espécie humana, os macacos. Ele apresenta evidências evolutivas defendidas por Charles Darwin (1809 - 1882) e outros evolucionistas da época, destacando um sentido lógico da evolução como um processo progressivo e ontológico. Ainda assim, a conclusão sobre as funções da mão e sua adaptação ao longo do tempo possui inegável importância para o entendimento do conceito de trabalho que ele enuncia. Este ponto reflete, de maneira resumida, uma das questões fundamentais da Síntese Moderna da Evolução: a hereditariedade (Engels, 1990).

A compreensão de Engels (1990) sobre evolução e condição humana é significativa porque permite traçar articulações entre o sentido histórico do ser, do trabalho, do desenvolvimento sociocultural e das classificações e tipificações que geraram segregações na população humana ao longo do tempo. Assim, torna-se inevitável enunciar a ancestralidade comum como fator primordial para entender a evolução biológica e social do gênero humano. Portanto, é fundamental abandonar concepções de mundo que perpetuam dogmas e superstições sobre a existência de tipos genotípicos e fenotípicos superiores e inferiores, associados a certas classes de pessoas. As classificações raciais fundamentam a exploração ao serem funcionais às relações sociais vigentes, o que remete à afirmativa de Karl Marx (2010, p. 45) em "Trabalho assalariado e capital", quando diz: "Um negro é um negro. Só em determinadas condições é que se torna escravo".

Segundo Anita C. Azevedo Resende e Marília Gouveia de Miranda (2016), as ideias não são neutras, mas sim atendem a interesses específicos. Dessa forma, ideias originadas por pontos de vista segregatórios nos servem como advertência para que, em nenhuma circunstância, deixemos de criticar e refletir sobre elas. Contudo, é importante reconhecer que existem muitos exemplos de ideias e manifestações socioculturais e biológicas presentes na população humana. As "teorias raciais" e o "racismo científico" são exemplos desse tipo de pensamento, baseado em superstições essencializadas e tipológicas com seus vieses políticos e jurídicos que segregam. Por isso, precisam ser contestadas e suprimidas de qualquer expressão cultural (Mônica Grin, 2010).

Diante dessa situação, é relevante destacar o quanto importante é compreender que uma visão de mundo materialista, dialética e não supersticiosa não busca impor ou pretender especulações ou aspectos místicos sobre outras concepções de mundo e de ser humano. Essa visão reconhece que a percepção da linguagem como um fenômeno intrínseco à interação

humana, independente do sistema de comunicação - como o idioma, por exemplo - é fundamental para a construção da relação entre o indivíduo e a humanidade como um todo. Segundo Fanon (2008, p. 33), essa relação envolve "o indivíduo em sua singularidade com as objetivações concretizadas historicamente pelo gênero humano" (Betty Oliveira, 2005).

Uma visão de mundo materialista, dialética e não supersticiosa compreende a realidade como moldada por forças materiais e sociais, em constante interação e transformação. Ela reconhece que os eventos e fenômenos são produtos de condições históricas e sociais específicas, em vez de atribuí-los a explicações sobrenaturais ou superstições. Ao adotar uma abordagem dialética, essa visão busca entender os processos sociais e naturais como resultado de contradições e lutas de classes, grupos e ideias, em vez de concebê-los de forma estática ou unidimensional. Essa perspectiva também valoriza a análise crítica e contextualizada, buscando desvendar as raízes estruturais da desigualdade, da injustiça e do preconceito, em vez de aceitar explicações simplistas ou preconcebidas. Em resumo, uma visão de mundo materialista, dialética e não supersticiosa nos encoraja a examinar a realidade de maneira ampla e profunda, reconhecendo suas complexidades e nuances para promover uma compreensão mais precisa e inclusiva do mundo que nos cerca (Marx, 2010; Kosik, 1976).

Outra interpretação possível do exposto é que concepções de mundo com pretensões exploratórias, opressoras, doutrinárias e impregnadas de justificações colonialistas, ao longo da história, desestruturaram e subjugararam "as outras" concepções de mundo - as sociais e culturais - rotulando-as e nivelando-as como inferiores. Isso aconteceu para satisfazer indivíduos e grupos, o que impediu reflexões profundas sobre a realidade social e histórica das práticas desumanizadoras ao longo da história humana. Como resultado, geração após geração, problemas enraizados surgiram na relação entre o singular e o particular, em grupos que perpetuam relações sociais baseadas na segregação, como a escravidão, a opressão e a violência da colonização, a discriminação racial e social, além do domínio imperialista de uns sobre outros (Oliveira, 2005; Fanon, 2008).

É importante considerar ainda que, diante de manifestações ideológicas autoritárias, disputas de poder e expressões discriminatórias, originadas em representações raciais e sociais forjadas, se estabeleceram ao longo da história soluções para tensões reais, criando contradições que muitas vezes passam despercebidas. Portanto, é de fato uma manifestação ideológica autoritária e preconceituosa quando alguém pensa ou declara que os povos indígenas são preguiçosos ou selvagens, que pessoas negras são propensas ao crime ou intelectualmente inferiores às brancas, que os nordestinos são atrasados ou que as mulheres

são naturalmente inferiores aos homens. Essas representações possuem suas origens sociais, políticas e culturais na colonização, e são ressurgidas e intensificadas em cada ascensão de concepções reacionárias baseadas em práticas sociais e políticas segregacionistas, supersticiosas e despóticas (Marilena Chauí, 2013).

Assim, surge uma questão sociocultural e educacional vinculada à discussão das representações raciais e suas implicações sociais. Trata-se de um problema que reflete uma inquietação que deveria ser fundamental: por que teorias racistas, em especial, do final do século XIX e início do século XX tendem a ressurgir na sociedade contemporânea? Os principais fundamentos teóricos para abordar essa questão derivam das contrastantes "teorias raciais" e de outras abordagens, como as pedagógicas, de aprendizagem e de teorias sociais (Maria Helena Souza Patto, 2015).

Nesse sentido, enfatizamos a importância de refletir tanto sobre o fenômeno da "igualdade de oportunidades" quanto sobre sua inserção na realidade social circundante. Por isso, se torna importante explorar diversos níveis de percepção desse conceito, utilizando a razão padronizada como ferramenta para compreender essa realidade desejada, ou seja, a realidade concreta. Esta percepção serve como ponto de partida para entender as representações raciais e as desigualdades sociais.

A percepção neoliberal da "igualdade de oportunidades" e a naturalização das desigualdades sociais no contexto educacional

A intenção deste artigo não é detalhar o liberalismo ou o pensamento neoliberal, mas sim levantar algumas questões importantes sobre as concepções atuais e suas raízes históricas, buscando uma crítica que, embora não imparcial, seja coerente com a visão de mundo adotada neste trabalho. Analisar o conceito de liberalismo ou neoliberalismo em sua essência é complexo e extenso, devido às distorções e usurpações de sentidos e significados que se formam no pensamento "moderno" e "pós-moderno", obscurecendo a realidade em favor de aparências, seja em sua dimensão filosófica, política, econômica ou jurídica. Além disso, não é possível discutir liberalismo sem compreender conceitos-chave como liberdade, individualismo, doutrinação política e ideologia, entre outros, que constituem paradigmas influentes no pensamento filosófico, político, jurídico e epistemológico ao longo do tempo (Kosik, 1976; Alysson Leandro Mascaro, 2010).

Na realidade social, entretanto, persiste a percepção neoliberal da "igualdade de oportunidades", mantida por um forte sistema de doutrinação político, filosófico, religioso e epistemológico. Esse sistema atua em todos os segmentos da sociedade,

reforçando a hegemonia dos projetos liberais e conservadores. Nesse contexto, os aspectos acrescentados ao modo de produção capitalista, como a noção de modernidade, inovação tecnológica e demandas "conscientes", são um retorno à originalidade clássica de um sistema econômico e ideológico. Esse sistema, agora com novos moldes, representações e articulações, visa garantir o poder econômico e de classe das elites, ou, historiograficamente falando, da realeza, nobreza e aristocracia (Miranda, 2020).

Esse sistema de doutrinação neoliberal também legitima características extremistas, como os ideais nazifascistas e ultraconservadores, que, por meio de um autoritarismo disfarçado de democracia, distorcem a realidade e promovem uma incursão pelo mundo da pseudoconcreticidade³. Assumem o controle ideológico sobre a Educação, a política, o direito, o social e o cultural, desmantelando tudo o que é popular e identitário. Nessa digressão, valores, ética e preceitos como liberdade e igualdade são deliberadamente deturpados para negar e desqualificar a concretude da realidade e suas dimensões. Além disso, promovem ataques às instituições sociais de direito, à ciência e aos princípios de liberdade e igualdade. Portanto, se nos perguntarmos o que entendemos efetivamente por igualdade, seríamos capazes de fornecer uma definição satisfatória? A resposta a essa pergunta está sujeita a condições distintas. Se essa resposta se distancia de sua essência e materialidade, e as definições se aproximam de visões de mundo supersticiosas, que comportam concepções extremistas, ultraconservadoras e segregatórias, então o satisfatório dessa questão ficará limitado à relação singular-particular, dificilmente alcançando o universal ou o gênero humano (Michael W. Apple, 2003).

Ao discutirmos o preceito da igualdade nas relações sociais atuais, referimo-nos imediatamente às relações sociais capitalistas que estabelecem nossa realidade. É precisamente nessa realidade social que os sentidos e significados de igualdade e equidade

³Para Kosik (1976, p. 15), “o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A este mundo também pertencem, os fenômenos externos que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o tráfico e a manipulação, isto é, a práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); as representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; os objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano”. Em outras palavras, a pseudoconcreticidade é quando algo parece ser real e concreto, mas essa aparência esconde a complexidade e a verdadeira natureza do que está por trás. É uma ilusão de concretude que impede a compreensão completa e crítica da realidade. Kosik (1976) defende, portanto, que para entender a realidade da forma dialética, é necessário superar essa pseudoconcreticidade e investigar as relações e processos subjacentes que realmente constituem o concreto.

são entendidos como análogos e como termos próprios do neoliberalismo, perdendo assim sua historicidade, sua definição real, sua objetividade e subjetividade. Isso sustenta, insensivelmente, os processos de mistificação desses conceitos, que revelam e, ao mesmo tempo, ocultam intencionalidades políticas, ideológicas e epistemológicas. Essas intencionalidades compõem o discurso liberal moderno, utilizando argumentos retóricos que (re) produzem e inauguram outros propósitos para o mundo da pseudoconcreticidade (Resende; Miranda, 2016; Kosik, 1976).

Segundo Chauí (2021), convivemos diariamente com situações de polarização porque vivemos em uma sociedade autoritária, onde a particularidade excludente dos privilégios se opõe à universalidade dos direitos, afastando-nos de uma democracia social plena. Trata-se de uma democracia segregadora entre grupos, ou melhor, entre classes, onde apenas aqueles historicamente marcados como inferiores, populares e minoritários (pelo discurso do capital e do neoliberalismo) precisam lutar e exigir seus direitos, reivindicando a criação de novos direitos para alcançar, ou mesmo, aproximar-se de uma isonomia. Assim, chegamos a uma sociedade que, ao não reconhecer o direito do outro, concebe a condição de privilégio para uma classe dominante em detrimento de outra dominada. Esse domínio, no entanto, não é natural, mas forjado em processos colonizadores e imperialistas.

Levando em consideração essas observações e, do ponto de vista político-ideológico, podemos questionar a um defensor acrítico do liberalismo ou a um reformador empresarial da educação: por que o medo do "comum", do "igual"? A resposta surge nas ressignificações dos conceitos e termos universais dos direitos pertencentes ao gênero humano, com o intuito de ocultar a realidade e garantir a manutenção dos privilégios e da razão supersticiosa de "superioridade existencial", ou seja, da constituição de uma "desigualdade por direito". No entanto, uma análise crítica revela que não se trata de medo em si, mas de uma negação compartilhada com uma razão desqualificadora, sustentada pelo imaginário preconceituoso, muitas vezes arraigado na filosofia medieval cristã (Freitas, 2016).

O medo é comum ao ser humano e pertence a um determinado sistema de crenças ou à diferentes superstições, referindo-se especificamente àquilo que desconhecemos como indivíduos e sociedade. Nesse sentido, a negação e a desqualificação estão atreladas ao não reconhecimento de algo ou alguém⁴. No entanto, a realidade poderia ser diferente: se estamos

⁴ De acordo com Espinoza (2007), um "Sistema de Crenças" ou "Superstição" refere-se a crenças ou práticas que são baseadas no medo do desconhecido, na mágica ou em uma compreensão errônea da causa e efeito. Superstições geralmente envolvem a ideia de que certas ações ou eventos podem influenciar a sorte ou o destino de maneira sobrenatural.

diante de um (re) conhecimento, é porque esse algo ou alguém existe e pode ser conhecido novamente, de outras formas, métodos, visões e conceituações, sem deixar espaço para negacionismos e desqualificações, isto é, sem desumanizar o outro (Mascaro, 2010, Baruch Espinoza, 2007).

Para Mascaro (2010), o paradigma estabelecido ao longo da história do pensamento filosófico iluminista está diretamente associado à realidade política, econômica e jurídica do capitalismo. O autor destaca que o individualismo é um dos conceitos filosóficos modernos mais adaptados e fundamentais para entender as relações sociais na realidade contemporânea. Nesse contexto, Mascaro traça um paralelo entre a concepção de homem e a tradição individualista, tendo como pano de fundo o pensamento clássico iluminista associado à superstição cristã.

Esse paradigma que acompanhou o pensamento clássico é baseado nas virtudes políticas. Segundo Mascaro (2010), o homem, para os gregos, é pleno quando é cidadão. A vida e os paradigmas da ação virtuosa são plenamente sociais, políticos, não individuais. O homem virtuoso é o bom cidadão, é aquele que participa ativamente na polis. A virtude da justiça, segundo Aristóteles, e bem para o outro, exerce-se na sociedade. Já com o cristianismo inverte-se esse padrão. A filosofia medieval cristã dará ênfase na virtude individual, da criatura ligada ao criador, com sua fé. O fenômeno da salvação é tido por individual. Ora, a fé, sendo uma manifestação pessoal, fará com que a perspectiva de mundo – para a filosofia e para a prática – seja dada com caracteres também individuais.

Com a ideia apresentada pelo autor sobre o paradigma e a concepção de homem dos gregos, especialmente Aristóteles, poder-se-ia esperar uma perspectiva baseada na compreensão de igualdade entre os homens em uma sociedade justa, refletindo os preceitos da Grécia antiga que ainda nos influenciam. Todavia, talvez não fosse exatamente assim que o filósofo grego pensava sobre essa igualdade. E sabemos o quanto seu pensamento foi e é influente. Nos cabe compreender, então, que a questão racial contemporânea se distancia da lógica escravista da Antiguidade Clássica, pois hoje a escravidão é universalmente condenada e proibida, enquanto na Grécia e Roma antigas era institucionalizada e aceita⁵ (Mascaro, 2010; Olivier Pétré-Grenouilleau, 2009).

⁵Pétré-Grenouilleau (2009), em sua obra intitulada "A História da Escravidão", analisa os fatores que perpetuam a escravidão e as práticas análogas em sociedades contemporâneas. Ele identifica uma combinação de elementos históricos, econômicos, sociais e políticos como determinantes. Entre os fatores históricos, estão as tradições e estruturas sociais herdadas que perpetuam a exploração. Economicamente, a pobreza extrema e a desigualdade tornam indivíduos vulneráveis à exploração, forçando-os a aceitar condições de trabalho análogas à escravidão. A falta de educação e conscientização impede que as pessoas conheçam seus direitos, facilitando sua exploração. Conflitos e instabilidade política criam ambientes desordenados onde a aplicação

Naquela época, a escravidão não se baseava apenas em critérios raciais, afetando pessoas de diversas origens étnicas. Contudo, há semelhanças nas hierarquias raciais e discriminação sistemática atuais, que, como na escravidão antiga, **desumanizam** e **marginalizam** certos grupos, limitando seus direitos e oportunidades. A lógica de superioridade que justificava a escravidão persiste em novas formas ideológicas, influenciando atitudes e políticas. Embora práticas explícitas de escravidão tenham sido abandonadas, estruturas subjacentes de opressão e desigualdade ainda prevalecem, exigindo exame crítico e esforços para desmantelá-las (François Hartog, 2013).

Seria positivo se, ao término de cada discurso contemporâneo sobre “igualdade de oportunidades”, fosse viável discernir a sequência de ideias do orador, isto é, a narrativa que pretende construir, a identidade de quem a compartilha e para quem é destinada. Contudo, a realidade é que algumas narrativas permanecem ausentes dos registros históricos. Quando não são documentadas nem lidas, essas histórias gradativamente desvanecem, transformando-se em meros traços indistintos nas páginas do tempo. Embora essa afirmação possa parecer um tanto melodramática, sua verdade é mais triste do que inicialmente se percebe. Seria vantajoso se, ao final de cada discurso sobre igualdade, fosse possível reconhecer e compreender a narrativa histórica subjacente ao nosso passado, refletindo sobre a importância de não negligenciar a história, incluindo as vozes silenciadas e as origens das desigualdades entre os seres humanos, juntamente com tudo aquilo que foi incorporado ao longo desse percurso histórico⁶ (Hartog, 2013; Kosik, 1976).

Por que seria crucial reavivar histórias? Talvez porque a superstição enraizada no atual discurso neoliberal e conservador, que desqualifica, nega e perpetua padrões de desigualdade racial e de classe na sociedade, mantenha sua influência constante. Isso resulta no reaparecimento de suas declarações, seja de forma velada ou explícita, garantindo que nunca

da lei é deficiente, propiciando a escravidão. A corrupção e a impunidade também são barreiras significativas, permitindo que práticas escravistas continuem impunes. A demanda por mão de obra barata em indústrias como agricultura, construção civil, trabalho doméstico e indústria do sexo incentiva a exploração. Movimentos migratórios, forçados ou voluntários, deixam indivíduos vulneráveis à exploração devido à falta de proteção legal. Por fim, as tradições culturais podem normalizar ou justificar práticas análogas à escravidão. O autor ainda enfatiza que a erradicação dessas práticas requer um esforço coletivo que aborde as causas estruturais e sistêmicas subjacentes.

⁶ Para Kosik (1976, p. 150-151), as etapas históricas do desenvolvimento da humanidade não são formas esvaziadas das quais se exalou a vida porque a humanidade alcançou formas de desenvolvimento superiores, porém, mediante a atividade criativa da humanidade, mediante a práxis, elas se vão continuamente integrando no presente. O processo de integração é ao mesmo tempo crítica e avaliação do passado... em relação a esse passado a história humana é uma ininterrupta totalização no curso da qual a práxis humana inclui em si mesma os momentos do passado e somente mediante tal integração os reaviva. Nesse sentido, a realidade humana não é apenas produção do novo, mas também reprodução (crítica e dialética) do passado. A totalização é um processo da produção e reprodução, de reavivamento e rejuvenescimento.

se dissipem e que estejam sempre presentes no tecido social como manifestações e normalizações (ou seja, o que compreendemos como forças reacionárias subjacentes) daquilo que a própria história demonstrou ser injusto, segregador e desumano.

Nesse contexto, pode-se compreender, ainda que de forma sucinta, a obsessão complexa dos neoliberais e conservadores pelos processos educacionais. Eles estão obcecados em equiparar o processo educativo ao mercado financeiro, concebendo a Educação como uma mercadoria que pode ser comprada ou vendida pela melhor oferta. Trata-se de uma competição astuta por uma fatia cada vez maior de um bolo, onde alguns têm acesso aos ingredientes essenciais enquanto outros são deixados apenas com migalhas. Sob essa perspectiva, a Educação é vista como uma demanda, porém, no sentido de um serviço ou produto a ser prestado. Essa visão nega o verdadeiro propósito do processo educativo como um direito inato de cada indivíduo. Surge então um conflito genuíno entre o setor público e privado, no qual o ganho é ter controle ideológico sobre a escola, sua estrutura física e organizacional, e sobre o processo educacional como um todo (Apple, 2003; Freitas, 2016).

Entretanto, isso não implica que o poder público esteja livre dessa mentalidade mercadológica, uma vez que as políticas públicas educacionais são formuladas com objetivos específicos, que acabam beneficiando apenas uma parcela da sociedade. Nesse sentido, a maioria dessas políticas visa remodelar o sistema público de Educação, fragmentando-o cada vez mais e tornando-o mais frágil. É mais conveniente para a administração pública adotar modelos de gestão baseados em políticas educacionais que abordem apenas essas frações, sem buscar resolver o problema de forma abrangente. Isso se configura como uma estratégia de mercado, fragmentando, enfraquecendo e sucateando para vender e obter lucro. Assim, promove-se o desinvestimento, o corte de verbas, a justificativa da Educação dispendiosa e, principalmente, a tomada de controle por parte daqueles que se beneficiam da deterioração promovida pelo próprio governo.

A visão neoliberal da Educação, conforme Freitas (2016), reduz-se essencialmente ao acordo entre os detentores do poder político e econômico, os quais defendem que a melhoria na Educação deve ser direcionada apenas para aqueles que têm condições de pagar por um ensino de qualidade. A ideia é de que a Educação deve ser aprimorada apenas para os que conseguem superar as adversidades e, por mérito próprio, alcançar o sucesso; afinal, na visão neoliberal, as oportunidades estão disponíveis para todos, e aqueles que não as aproveitam são os únicos responsáveis por isso. Porém, essa perspectiva, por mais irônica que pareça, é na verdade uma estratégia, que desloca o debate sobre a qualidade da Educação para os

interesses econômicos e financeiros, criando um verdadeiro mercado entre o governo (cada vez mais inclinado a promover um Estado mínimo) e o setor privado (à espera de maiores lucros).

A gravidade da situação é tal que, em defesa dessas concepções e agendas, o discurso midiático emerge como o cerne dessa questão, funcionando como propaganda (muitas vezes enganosa). Isso se deve ao fato de a grande mídia representar os interesses de grandes conglomerados empresariais com objetivos mercantis semelhantes aos dos reformadores e empreendedores corporativos no campo da Educação. É fundamental, portanto, manter uma postura crítica não apenas em relação às interações entre mercado, governo e a elite favorecida, mas também em relação ao mimetismo dessas propostas liberais, que propagam os princípios capitalistas de segregação e preconceito, com um potencial reativo significativo (Dermeval Saviani, 2008).

O exemplo das "teorias raciais" ilustra essa lógica, pois é difícil contestá-las diante da luta contínua por mais igualdade, acesso e permanência digna na Educação, por direitos e outras demandas, em locais onde essas políticas foram ou estão sendo implementadas. Isso resulta em danos significativos para a coesão social e para a percepção da Educação como um direito geracional. Tais danos contribuem para a naturalização dos processos de privatização e das desigualdades, que se solidificam ao longo do tempo e se infiltram em todos os aspectos da sociedade, minando cada vez mais as lutas populares e identitárias (Patto, 2015).

Para Eric J. Hobsbawm (1996), todo esse contexto repleto de ciladas oriundas de uma racionalidade dominante, pautada pela lógica neoliberal, responsabiliza os agentes educacionais pela desvalorização da escola pública. Isso promove uma inversão de valores (público = ruim, privado = bom), implementa uma política de controle privatista dentro do âmbito governamental e desconsidera questões socioeconômicas e raciais. As avaliações são afetadas por índices enviesados e viciados, somando-se à negação e desqualificação contundente dos fatores históricos e socioeconômicos.

Essa negação tem como objetivo rejeitar a concretude da realidade social, gerando neutralidades sobre questões de ideologia e relações de poder, o que acaba justificando o acesso desigual das classes sociais à Educação. Dessa forma, surge a Educação compensatória, as diferenças de rendimento escolar, as rotulações sobre comportamentos intelectuais “fora dos padrões” e as explicações baseadas em pseudoteorias biológicas, psicológicas e culturais para aqueles grupos sociais com resultados considerados “ruins”.

Além disso, emergem versões ambientalistas e etnocêntricas estereotipadas do desenvolvimento humano, expostas em contextos de desigualdades sociais.

Representações raciais e sistemas de (re) produção – entre o discurso de superioridade racial-social e a realidade concreta

Levantemos, então, outra questão: como subverter essa racionalidade corrente e dominante? Longe de ser uma pergunta retórica, esta questão carrega consigo o peso da história, das teorias sociais e suas representações, e das manifestações dos fenômenos que buscamos analisar e compreender através da relação entre a materialidade e a concretude da realidade social, e a existência de uma essência que pode ser conhecida e reconhecida na totalidade. Daí vem a importância de compreender o objeto dessa questão como um fenômeno, para conseguirmos analisá-lo, permitindo que a separação entre a essência e a aparência aconteça de forma natural. Assim, tentamos estabelecer a relação entre as representações raciais e os sistemas de (re) produção das desigualdades sociais, que, por meio da percepção de igualdade de oportunidades, anunciam a razão corrente e evidenciam o pensamento e a prática social capitalista e neoliberal (Kosik, 1976; Apple, 2003; Newton Duarte, 2012).

Talvez seja possível afirmar que entre a essência e a aparência esteja a pseudoconcreticidade. É nesse âmbito que Patto (2015), conclui que é necessário conhecer as versões sobre as diferenças de rendimento escolar para compreender o que é essa realidade social pseudoconcreta e o que ela parece ser. Da mesma forma, devemos entender um pouco sobre o ser social, inserido nessa realidade categoricamente econômica e capitalista. Sem a pretensão de fazer uma incursão analítica nas categorias econômicas de Marx, buscamos uma conexão explicativa entre os elementos categóricos do pensamento capitalista e o ser social.

Analizamos de forma crítica a necessidade de uma concepção da realidade diferente da clássica, do pensamento comum como forma ideológica, baseada numa noção tradicional corrente que sempre ignora a Ciência. Concluímos, e ao mesmo tempo concordamos com Kosik (1976, p. 174), que “o ser social determina a consciência dos homens, mas disto não resulta que o ser social se revele adequadamente na consciência dos homens”. Isso significa ainda que “na prática social cotidiana, os homens mais facilmente tomam consciência do ser social sob cada um dos aspectos isolados ou sob aparências fetichizadas”. Cabe destacar ainda que “o ser social não é uma substância ou entidade transcendente que exista

independente da práxis objetiva”, mas é, precisamente, “o processo de produção e reprodução da realidade social” (Kosik, 1976).

Para Patto (2015), a tese de que todo movimento de ideias possui uma história e que toda racionalidade está inserida em um contexto histórico permite analisar, do ponto de vista do materialismo histórico, as relações de produção capitalistas e a organização social. Isso possibilita construir uma história dentro da lógica desse próprio movimento. Esse é o movimento de pensar a percepção de “igualdade de oportunidades” como um elemento imperativo na relação espaciotemporal com as representações raciais e sociais e os sistemas de (re) produção (Francis K. Meneghetti, 2011).

Isso abre precedentes para uma análise crítica, que se expressa como um questionamento necessário e nos faz refletir além das explicações: como o projeto liberal do século XIX, que defendia a “igualdade de oportunidades” e a Educação pública universal, acabou se perdendo ao longo do tempo? Talvez a resposta para essa questão seja simples, objetiva e sem muita argumentação, mas ainda assim, não escapa à enorme carência de reflexão. Seria necessária uma resposta mais ampla, sem desconsiderar os eventos históricos que influenciaram os processos de formação e reformulação, bem como os sistemas de pensamento desse projeto político, social e econômico que reivindicava um modelo de sociedade mais igualitário e livre. Isso inclui o reflexo da tradição de uma concepção supersticiosa nas relações humanas, especificamente entre o homem e a coisa (ou a natureza da economia)⁷.

Entretanto, como podemos partir do pressuposto da “igualdade de oportunidades” em uma realidade transformada histórica e socialmente, com o triunfo de uns e a tragédia de outros? Esse processo está relacionado à formação de novas relações de trabalho e às condições para sua execução, especialmente devido à ascensão da burguesia industrial. Isso fez com que a escola passasse a ser vista não como essencial, mas como mera reprodutora dessas relações de produção, onde se podia manipular e domesticar a consciência do novo trabalhador. Daí para as representações raciais e sociais atuais foi uma escalada sem trégua, pois o histórico das políticas escravocratas desde o século XV encontrou terreno fértil nessa adequação do operariado industrial do século XIX. Os processos segregatórios e discriminatórios se constituíam fortes nos aparatos ideológicos tradicionais, em particular, religião e família. E a escolarização, ao longo do tempo, se tornou sinônimo de valorização

⁷ Tais contradições trágicas se revelam nas intenções do próprio pensamento liberal em justificar as desigualdades e não em eliminá-las, se valendo da concepção de igualdade de oportunidades para a nova ordem social e seu futuro (Patto, 2015; Hobsbawm, 1996).

social, ao mesmo tempo em que se tornava palco para investidas e disputas entre sistemas pedagógicos de diferentes segmentos sociais (Hobsbawm, 1996; Patto, 2015; Duarte, 2012).

De acordo com Kosik (1976) e Kabengele Munanga (2005), as representações raciais, no pensamento dialético, podem ser entendidas de maneira relativamente simples, pois consideram duas qualidades da práxis humana: a representação e o conceito da coisa (essência do fenômeno). Dessa forma, essa relação pode ser pensada em face da realidade de uma condição coletiva e populacional do ser humano enquanto espécie. Em outras palavras, as representações raciais refletem percepções abstratas e supersticiosas, onde o preto é considerado inferior ao branco, apenas por ser preto; e intelectualmente inferior, também por ser preto; ou ainda, que a população preta é inferior devido à sua ancestralidade africana e a população branca superior por sua ancestralidade europeia. Essas percepções são exacerbadas por questões étnicas, onde determinadas etnias são estigmatizadas e marginalizadas, contribuindo para uma visão distorcida da realidade. Isso inclui a crença de que o ser humano não considerado dentro dos padrões de “normalidade” e “aptidão”, seja físico, intelectual ou outro qualquer, é, portanto, inferior. Todos esses imperativos desumanizadores são, de fato, representações socialmente construídas pelo imaginário pseudoconcreto, pseudocientífico e filosófico supersticioso e não são, de forma alguma, a coisa em si, ou seja, a essência do real.

Neste contexto geopolítico, marcado por dinâmicas de poder específicas para certos grupos, as relações políticas, geográficas e sociais se entrelaçam, mantendo resquícios das estruturas de poder do passado. A nobreza despojada de seus privilégios sociais, um reino desiludido e uma burguesia ambígua na sua defesa da igualdade, contribuíram para o ressurgimento de estereótipos e classificações que segregam e promovem a ideia de superioridade entre grupos. Apesar de uma mudança nas representações raciais e estereótipos, à medida que diferenças humanas começaram a ser interpretadas sob preceitos científicos, essas interpretações estavam impregnadas de concepções supersticiosas e filosóficas arraigadas no pensamento ocidental. Seja através de concepções teológicas ou científicas, as explicações tendiam a justificar racionalidades de superioridade existencial, racial, cultural e econômica (Marcos Chor Maio, 1996; Patto, 2015).

As teses monogenistas e poligenistas ilustram a prevalência do pensamento de superioridade nas chamadas “teorias racistas” ao longo da história. A ideia de origem comum, ligada ao cristianismo, fundamentava-se em explicações míticas da criação humana, distanciando-se dos postulados genéticos contemporâneos. Essa visão monogenista reforçava a superioridade masculina ao conceber a mulher como derivada do homem à

semelhança de deus. Por outro lado, o poligenismo, embora não se aprofundasse em teorias genéticas e evolutivas, amalgamava interpretações científicas incompletas de diversas áreas, refletindo uma visão marcada pela noção de superioridade e inferioridade entre as populações humanas. No contexto da época, em que a diversidade humana já era reconhecida, o poligenismo atribuía diferenças adaptativas não à variabilidade biológica, mas a ancestrais comuns distintos, evidenciando a persistência de concepções preconceituosas. Embora a ciência estivesse em desenvolvimento, havia escassez de fundamentos teóricos e científicos sobre o poligenismo e outros conceitos da época (Ernest Mayr, 1998; Theodosius Dobzhansky, 1956; Duarte, 1999).

Atualmente, o fenômeno de disseminação de informações racistas é frequentemente descrito pelo termo "fake news", uma realidade persistente que transcende os séculos passados. Apesar das transformações na ordem social e econômica global, os ideologismos fundamentados em princípios discriminatórios de superioridade e inferioridade continuam presentes, adaptando-se ao longo do tempo. Em resposta à crescente estruturação do pensamento racista ao longo dos séculos, tornou-se imperativo estabelecer uma base jurídica para criminalizar e punir o racismo. Essa estrutura legal aborda diversos aspectos, desde a supremacia branca até conceitos como "raça", determinismos biológicos e sociais, classificações padronizadas e psicologismos sobre inteligência. Embora esses fundamentos tenham atingido o ápice em eras pós-revolucionárias, eles continuam a ressurgir e manifestar-se atualmente, sob disfarces ou de forma explícita, dentro do contexto de uma suposta "democracia social e racial" (Lilia Schwarcz, 1993; Munanga, 2005; Mayr, 1998; Pena, 2009).

É essencial reconhecer, para além das palavras presentes neste texto, que uma concepção de humanidade e mundo que promova a segregação e naturalize as desigualdades, considerando as diferenças como elementos segregadores e antinaturais, resultando em profundas disparidades entre as pessoas, nunca deve ser legitimada. Tais perspectivas devem ser contestadas e eliminadas do tecido social, juntamente com suas representações e ambiguidades característicos do domínio da pseudoconcreticidade, que se refere a uma realidade aparente, superficial e ilusória. Por conseguinte, a crítica deve permanecer alerta em relação aos ideologismos e científicismos em vigor, bem como às dissimulações e discursos retóricos que transcendem a ingenuidade, a mera opinião pública e, sobretudo, a liberdade de expressão.

Considerações Finais

Para avançar no entendimento da ideia de raça, é crucial reconhecer que historicamente ela tem sido parte de uma visão supersticiosa e promotora de segregação. Portanto, é essencial debater a existência do racismo estrutural, científico, ingênuo, hierárquico, político e jurídico na sociedade contemporânea. A noção de raça, como categorização e determinismo biológico, foi sustentada por superstições presentes em ideologias e pseudociências, usadas para explicar a natureza da população humana ao longo da história. Socialmente, o conceito de raça é vital para discussões sobre sociedade e comportamento humano, mas não deve ser dissociado de seus contextos históricos e identitários, pois a negação do racismo se baseia no silêncio sobre essas questões, começando pelos termos raça e racismo (Fanon, 2008).

O uso inadequado de conceitos biológicos para estudar sociedades humanas, como no caso do darwinismo social, resultou em graves distorções interpretativas ao longo do tempo. Termos como seleção natural, espécie e adaptação foram aplicados de maneira imprópria ao estudo de diferentes populações e etnias humanas (Munanga, 2005). Isso refletiu por exemplo em nosso contexto, pelo fato de que as desigualdades raciais começaram a ser abordadas no cenário político institucional brasileiro somente nos anos 1990, quando um presidente reconheceu publicamente pela primeira vez na história republicana a existência do racismo no Brasil (Grin, 2010).

Adotar uma abordagem crítica e dialética do passado e examinar nossas questões sociais de forma franca pode transformar as relações entre o individual, o particular e o universal, assim como a narrativa histórica. É essencial, portanto, refletir sobre os séculos em que mitos obscureceram os eventos que moldaram a origem e a formação social da sociedade brasileira. Compreender o verdadeiro significado do processo de colonização no Brasil, o genocídio e a aculturação dos povos indígenas, a brutalidade das políticas escravistas, os conflitos em território brasileiro, a independência e a proclamação da República, além de reconhecer os heróis e vilões nacionais, é fundamental. Esses elementos contribuíram para a criação de muitos mitos sobre nossa história. Assim, a igualdade e a equidade entre as pessoas serão alcançadas pelo protagonismo dos movimentos de resistência e dos grupos sociais, bem como pela promoção da Educação antirracista. Esses fatores são essenciais para ampliar a compreensão da história do Brasil para além da perspectiva dos homens brancos e dos senhores de engenho.

Assim, podemos concluir que as instituições sociais possuem um papel crucial na (re) produção da percepção de "igualdade de oportunidades" no contexto neoliberal, promovendo e legitimando a ideia de que todos os indivíduos têm acesso equitativo aos

recursos e oportunidades necessárias para alcançar o sucesso, independentemente de suas origens sociais, econômicas ou culturais. Paratanto, a ideologia subjacente a essa percepção se baseia no individualismo meritocrático, que sustenta que o sucesso resulta do mérito individual, como esforço, talento e perseverança, minimizando ou ignorando os impactos das desigualdades estruturais e sistêmicas.

Dessa forma, as instituições educacionais são vistas como os principais veículos dessa "igualdade de oportunidades", promovendo a ideia de que o acesso à educação de qualidade é a chave para o sucesso. Contudo, as evidências sugerem que esse acesso e a qualidade da educação são profundamente influenciados por fatores socioeconômicos. No mercado de trabalho, as políticas enfatizam a mobilidade social através do emprego, sugerindo que o mercado é neutro e que as oportunidades são iguais para todos. No entanto, é perceptível que as discriminações baseadas em raça, gênero e classe social continuam a influenciar as trajetórias de carreira.

No âmbito das políticas públicas, especialmente os programas de assistência social, que são frequentemente desenhadas para fomentar a "igualdade de oportunidades" em vez da igualdade de resultados, refletindo a concepção neoliberal de que a intervenção estatal deve ser mínima e focada em nivelar o ponto de partida, não os resultados finais. A mídia e outras instituições culturais também difundem narrativas sobre o sucesso individual, enfatizando histórias de "superação" que reforçam essa ideologia meritocrática, enquanto desvalorizam as críticas às desigualdades estruturais. Nesse contexto, a ideologia neoliberal, com seu foco no individualismo e no mercado livre, sustenta essa concepção de "igualdade de oportunidades" ao sugerir que o sucesso é acessível a todos que se esforçam, ignorando a persistência de barreiras estruturais e das desigualdades sistêmicas que influenciam significativamente as oportunidades disponíveis para os diferentes grupos sociais.

Finalmente, uma reforma no sistema educacional, fundamentada em uma cosmovisão livre de superstições que fomentem discriminação, seria uma grande possibilidade de elevar a Educação brasileira a um agente de decisão e responsabilidade social, cultural e política, comprometida com uma realidade mais igualitária e desprovida de preconceitos. Freire (1999), sobre isto, destaca que a essência do processo democrático reside na adaptabilidade das consciências, sendo imperativo promover uma Educação como prática de liberdade, capaz de instigar novas perspectivas diante dos desafios contemporâneos.

Se assim for, desconstruiremos representações raciais e sociais criadas por ideologias e pseudociências, as desigualdades disfarçadas de "igualdade de oportunidades", além das

relações de poder sustentadas pelas amarras míticas da concepção supersticiosa. Ao incorporar princípios de justiça social e igualdade, a Educação tem o potencial de remodelar mentalidades, cultivar uma consciência crítica e fortalecer a coesão social, promovendo uma cidadania ativa e responsável. Apenas uma Educação comprometida com a inclusão e a equidade pode forjar um futuro em que todos tenham iguais oportunidades de prosperar, sem as barreiras do preconceito e da desigualdade.

Referências

- APPLE, Michael W. *Educando à direita: mercados, padrões, deus e desigualdade*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, - (Biblioteca Freiriana; v.5), 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Democracia e a Educação como direito*. In: *A terra é redonda*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/democracia-e-a-educacao-como-direito> . 2021. Acesso: 05 de mai. 2024.
- CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.
- DOBZHANSKY, Theodosius. *A evolução humana*. Revista de Antropologia. v. 4, n. 2, p. 97-102, 1956.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. *Os biólogos e a raça: notas sobre as políticas de diferença na biologia contemporânea*. In MAIO, M; SANTOS, S. P. (Eds.). *Raça, ciência e sociedade*. (p. 123-144). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- DUARTE, Newton. (org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. – 2ª ed. rev. Coleção Educação contemporânea. Campinas; Autores Associados, 2012.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 1 ed. 1896 - 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> . Acesso em: 10 jan. de 2024. Não há numeração de páginas.
- ESPINOZA, Baruch. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu. 2. ed. 5. reimp. - Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador; EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Três teses sobre as reformas empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade*. Cadernos CEDES, Campinas, v. 33, n. 99, p.137-153, maio/ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/pdf>. Acesso em: 28 abr. de 2024.

- GRIN, Mônica. “Raça”: *debate público no Brasil*. Rio de Janeiro, Manual X; FAPERJ, 2010.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: UnB, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. – 27. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. J. *A era do capital: 1845-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KANT, I. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais*. Campinas: Papyrus, 1993.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. - Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 252p., 1996.
- MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAYR, Ernst. *Desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Brasília-DF: Ed. UnB, 1998.
- MENEGHETTI, Francis. K. *O que é um ensaio teórico?* Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, marc./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/?lang=pt> . Acesso em: 21 mai. 2024.
- MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS, Vol. 32, n. 94, junho, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/i/2017.v32n94/> . Acesso em: 20 maio, 2024.
- MIRANDA, Marília. Gouveia. de. *O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à Educação brasileira*. Inter-Ação, Goiânia, v. 45, n.1, p.1-15, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691/34786> . Acesso em: 21 mai. 2024.
- MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o Racismo na escola*. - 2ª edição revisada. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução .

Niterói: EDUFF, 2004. . Disponível em:
https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf . Acesso em: 09 jul. 2024.

OLIVEIRA, Betty. *A dialética do singular-particular-universal*. In. ABRANTES, A. A; SILVA, N; MARTINS, S. T. F. *Método histórico-social na psicologia social*. Vozes, 2005.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4ª Edição, revista e aumentada. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

PENA, Sérgio. "Humanidade sem raças?" *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 25, n. 8, p. 1622-1631, 2009.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. *A História da Escravidão*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

PINTO, Júlio Roberto de Souza.; MIGNOLO, Walter. D. *A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial*. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 381–402, 2016.

DOI: 10.15448/1984-7289.2015.3.20580. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/20580>.

Acesso em: 1 jun. 2024.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In:

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

RESENDE, Anita C. Azevedo; MIRANDA, Marília Gouveia de. *Igualdade, equidade e Educação*. In: MIRANDA, Marília Gouveia de. (org.). *Educação e desigualdades sociais*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. – São Paulo: Global, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. – Campinas, SP: Autores Associados. – (Coleção Educação contemporânea), 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em maio de 2024.

Aprovado em julho de 2024.